

BAIXO NÍVEL DE ESCOLARIDADE X POBREZA X EMPREGO DOMÉSTICO: NO BRASIL, A CORRELAÇÃO ENTRE ESTES DOIS FATORES É DIRETA? UMA ANÁLISE ESTATÍSTICA.

Fernanda Cristina Ferro, (PIC), UNESPAR/FECILCAM,
fer-crisferro@hotmail.com

Janete Leige Lopes, UNESPAR/FECILCAM,
Rosangela Maria Pontilli, UNESPAR/FECILCAM

INTRODUÇÃO

O trabalho doméstico é uma classe econômica que inclui afazeres domésticos como limpar a casa, lavar e passar roupa, cuidar dos filhos, dos idosos, administrar a casa, as compras, entre outras.

Durante séculos essa classe esteve relacionada a trabalho escravo e até hoje emprega pessoas com baixo nível de escolaridade. Frequentemente, as pessoas com baixa qualificação começaram sua vida laboral ainda na fase infanto-juvenil e por isso foram obrigados a sacrificar seus estudos.

Muitas crianças iniciam sua vida laboral neste setor por que é uma atividade que pode ser aprendida em casa e se torna uma alternativa para a complementação de renda da família. É essa inserção precoce na vida laboral que irá condicionar as oportunidades de crescimento pessoal na vida adulta deste indivíduo e como consequência, esses trabalhadores que não tem instrução e preparação recebem um valor mínimo e até mesmo abaixo do considerado como linha da pobreza.

A inserção precoce na vida laboral pode levar ao abandono escolar, a criança ainda cedo assume uma carga de trabalho que estaria preparada apenas na fase adulta e deixa de estudar, a eliminação do fator estudo é determinante para a condição de vida futura dessas crianças.

Percebe-se que este é um ciclo, onde os mesmo fatores condicionantes da inserção precoce no mercado de trabalho: pobreza e baixa escolaridade serão consequências para esse indivíduo, consequências que são o legado deixado por seus familiares diante de oportunidades restritas.

A base de dados a ser utilizada será a PNAD – Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio. Acredita-se que todas as pessoas que exercem trabalho doméstico têm baixo nível de escolaridade e que a grande maioria destas encontra-se em situação de pobreza.

Este estudo se propôs a realizar uma pesquisa que teve por objetivo verificar a correlação existente entre trabalho doméstico, nível de escolaridade e condições econômicas da família. Acredita-se que todas as pessoas que exercem trabalho doméstico têm baixo nível de escolaridade e, portanto, em maior probabilidade de pertencer a população pobre.

Para atingir os objetivos propostos este estudo apresenta uma breve retomada histórica com busca de conceitos de diversos autores para caracterizar o trabalho doméstico e por fim suas relações com outras variáveis pesquisadas.

REFERENCIAL TEÓRICO

O Jornal Nacional, no dia 13-07-2011 veiculou uma matéria que tinha foco principal os empregados domésticos no Brasil. Essa reportagem tratava de trabalhadores domésticos que procuravam uma oportunidade para mudar de vida, todos os ali entrevistados pensavam em mudar de profissão como forma de mudar sua condição de vida, que tem sido por anos de pobreza. Esta reportagem deixava claro que existem dificuldades a serem enfrentadas pelas pessoas que vivem somente da renda oriunda do trabalho doméstico. A partir desta matéria, algumas reflexões foram levantadas na busca de entender a relação entre trabalho doméstico e pobreza. A questão que fica é até que limite, o trabalho doméstico está relacionado a falta de oportunidades e condiciona o trabalhador a viver uma vida de privações.

Em primeiro lugar deve-se deixar clara a diferença entre serviço doméstico e trabalho doméstico. O serviço doméstico segundo Arruda (2007) e toda atividade realizada dentro do próprio lar, neste caso não existe relação trabalhista. Enquanto que trabalho doméstico é realizado sob um contrato verbal ou legal na casa do contratante.

Historicamente a profissão remonta do período escravocrata onde, jovens ajudavam nos trabalhos domésticos. E, mesmo depois da abolição dos escravos, essa continuou sendo uma fonte de oportunidades de trabalho para as mulheres (MELLO, 1998)

Ribeiro (2006) comenta que no período da escravidão eram as mulheres as responsáveis pelo cuidado dedicado aos lares. E, em meio às dificuldades do trabalho doméstico ainda enfrentavam abuso sexual e físico. Acrescenta a autora que mesmo após o fim do período de escravidão o trabalho doméstico se tornou a única oportunidade de inserção da mulher negra no mercado de trabalho.

A OIT (Organização Internacional do Trabalho), ao tratar sobre o trabalho doméstico reconhece sua importância que esse trabalho tem, mas adverte para a falta de reconhecimento, já que em alguns lugares, a remuneração desses trabalhadores está no limite ou até mesmo abaixo da linha da pobreza. A diferença salarial em relação a outras profissões aumenta entre negras, indígenas e migrantes.

A OIT reconhece ainda que o trabalho doméstico, mesmo nos dias atuais continua sendo fonte de discriminação para os que estão inseridos nessa atividade. Decorre de o grupo que se emprega nessa atividade ser em sua maioria migrante e de grupos sociais desfavorecidos economicamente.

A limitação dos direitos trabalhistas dos empregados domésticos está também associada a definição da função que foi reconhecida pela lei n [5.859, de 11 de dezembro de 1972](#) que diz o seguinte: “Art. 1º Ao empregado doméstico, assim considerado aquele que presta serviços de natureza contínua e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família no âmbito residencial destas”. É pois uma



função, que de se origem já se define não ter fins lucrativos o que em comparação a demais atividades a coloca em desvantagem.

O trabalho doméstico assume varias funções, não esta restrita a uma única atividade. O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) reconhece como “trabalho doméstico” varias funções além da empregada domestica. São elas: faxineira, diarista, babá, cozinheira, lavadeira, passadeira, arrumadeira, acompanhante de idoso, acompanhante de doente, acompanhante de criança à escola etc. (IBGE, p. 3)

Contudo de acordo com a PED (Pesquisa de Emprego e Desemprego) entende-se como trabalho doméstico, o trabalho realizado pelas “cozinheiras, governantas, babás, lavadeiras, vigias, motoristas, jardineiros, acompanhantes de idosos, caseiros, entre outros.” (PED, p.1, 2010).

Embora o trabalho doméstico assalariado seja tradicionalmente atribuído a mulheres e executado em residências de famílias. Para o MELLO (1998), os serviços domésticos podem ser executados tanto por homens quanto por mulheres e caracteriza-se por não ter como requisito qualificação profissional. Este setor se torna, portanto, um nicho de oportunidades para trabalhadores sem qualificação.

O sistema PED 2010 ainda caracteriza o setor dizendo que esses profissionais mantêm um relacionamento pessoal muito forte com os seus patrões, são profissionais que pouco se associam a sindicatos e ainda oferece baixos salários com extensas jornadas de trabalho.

A predominância de mulheres executando trabalho doméstico deve-se ao fato, segundo MELLO (1998), deste oferecer o suporte necessário para que as mulheres com maiores qualificações saiam de casa para trabalhar. Mas, além disso, é uma forma que a mãe encontra de cuidar dos filhos enquanto trabalha, sem os colocar em creches e abrigos e ainda, por um salário baixo pago ao empregado doméstico.

Segundo Arruda (2007), o trabalho doméstico prevalece nas classes sociais menos favorecidas por que nessas classes o pensamento dominante “desde cedo acostumar” os filhos, em trabalhos domésticos na própria residência.

Segundo estudos realizados pela PED 2010 o trabalho doméstico tem sido a porta de entrada de jovens ao mercado de trabalho. E essas jovens ingressam em um setor em que predomina escolaridade e salários baixos versus uma rotina de trabalho cheia e ainda sem pouca seguridade até mesmo pela informalidade que é característica de muitos desses trabalhadores.

Segundo MELLO (2000), pode-se observar os dados e traçar um perfil simplista do trabalhador doméstico no Brasil. Esses trabalhadores são jovens com baixa escolaridade, mas que com o passar dos anos vem apresentando aumento da inserção de pessoas com maior grau de escolaridade e mais idosas.



BLÉTIÈRE (2008) acrescenta a essa realidade o fato de que um grupo permanece invisível em meio a tantas pessoas inseridas, são elas as crianças. Estes entram precocemente no mercado de trabalho doméstico, e têm a infância roubada. As crianças entram no mercado de trabalho através do emprego doméstico, geralmente motivados por fatores econômicos.

Contudo, leis mais recentes aumentam a proteção do governo a essa classe de trabalhadores. De acordo com a lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, no seu Art. 3º “O empregado doméstico terá direito a férias anuais remuneradas de 30 (trinta) dias com, pelo menos, 1/3 (um terço) a mais que o salário normal, após cada período de 12 (doze) meses de trabalho, prestado à mesma pessoa ou família.” ([Redação dada pela Lei nº 11.324, de 2006](#)).

E, qual a relação entre baixo nível de escolaridade e trabalho doméstico?

O trabalho doméstico tem como característica ser um trabalho que pode ser aprendido em casa, muitos daqueles que hoje exercem esse trabalho aprenderam a realizá-lo ainda na infância no seu próprio lar. Antuniassi (1983) realizou estudos a respeito do trabalho infantil e pode concluir que associando o trabalho ao sucesso escolar, o último reage negativamente. Sendo assim, a inserção precoce de crianças no meio laboral implica no seu afastamento precoce das atividades escolares ou uma escolarização básica. Sendo assim, a criança se afasta do meio escolar para iniciar suas atividades laborais e está condenando sua condição de vida futura estando dessa forma predestinado a continuar exercendo atividades que não requer preparação, por exemplo atividades domésticas.

A inserção precoce da criança nas atividades domésticas está relacionada com a cultura do ambiente em que o indivíduo se insere. Considerando para este contexto, cultura como sendo o modo de vida da família, vizinhos e amigos, níveis de instrução e renda. De modo geral, famílias em situação de pobreza e baixa escolaridade tendem a perpetuar o legado de pobreza através da cultura e tradição socioeconômica do ambiente familiar.

De acordo com Souza e Pontili (2008), no Brasil existem dois pensamentos dominantes a respeito do trabalho infantil: a) o trabalho como solução no combate à ociosidade, às drogas e a marginalidade. E, b) Separação entre os que trabalham e estudam, e sempre a educação é colocada em último plano.

Para Almeida e Lopes (2011) o problema da desvalorização dos estudos ainda nas fases iniciais de um indivíduo é o fato de que um baixo nível de escolaridade mínimo resultará num cidadão sem qualificação profissional, que quando adulto não será absorvido pelo mercado de trabalho contribuindo assim com o aumento da pobreza.

Ainda Almeida e Lopes (2011) a correlação entre o trabalho infantil e escolaridade, percebe-se que a escola é importante para o desenvolvimento da vida do indivíduo visto que ela produz instrução, o que possibilitará as oportunidades de elevação de rendas futuras.

Continuando, as autoras ressaltam que o abandono da escola está diretamente ligado à inserção precoce no mercado de trabalho. Isto porque, na busca de melhorias para a renda familiar, muitas crianças e adolescentes deixam a escola, o que pode condicioná-las a um estado de pobreza permanente.

Percebe-se que ainda na infância a criança está predestinada a ocupar vagas no mundo do trabalho que não exigem capacitação profissional. O indivíduo involuntariamente entra em um caminho sem volta onde a inserção em ações laborais ainda cedo, de forma inocente e como medida para evitar o vandalismo nas ruas e colaborar com a renda mensal da família o leva a pobreza e a empregos que não dão condição de ascensão social.

METODOLOGIA E BASE DE DADOS

a) Metodologia

Para Rodrigues (2007, p. 1), metodologia significa “*um conjunto de abordagens, técnicas e processos utilizados pela ciência para formular e resolver problemas de aquisição objetiva do conhecimento, de uma maneira sistemática.*” Nesse sentido, a metodologia se refere aos métodos disponíveis para que o pesquisador investigue sistematicamente em qualquer área do conhecimento na busca de uma resposta objetiva.

A presente pesquisa parte do princípio de que pessoas que integram o setor doméstico possuem baixa escolaridade e possuem oportunidades restritas. Segundo Silva (2001), como se trabalhará na busca de confirmar tal hipótese, partindo-se de um contexto geral, para uma realidade particular, o método a ser empregado no trabalho será o dedutivo. Para tanto, realizou-se análise estatística descritiva, a qual “*baseando-se em resultados obtidos da análise de uma amostra da população, procura inferir, induzir ou estimar as leis de comportamento da população da qual a amostra foi retirada*” (MARTINS e DONAIRE, 1988, p. 18).

A análise dos dados será feito com o auxílio da estatística descritiva. A estatística é uma ciência que utilizando os dados permite maiores interpretações a respeito do assunto estudado. A estatística descritiva tem como característica descrever os dados numéricos de uma população ou amostra.

b) Base de Dados

A base de dados escolhida para obter as variáveis mencionadas refere-se à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano 2011.

O sistema de pesquisas domiciliares, implantado progressivamente no Brasil a partir de 1967 com o PNAD, tem como finalidade a produção de informações básicas para o estudo do

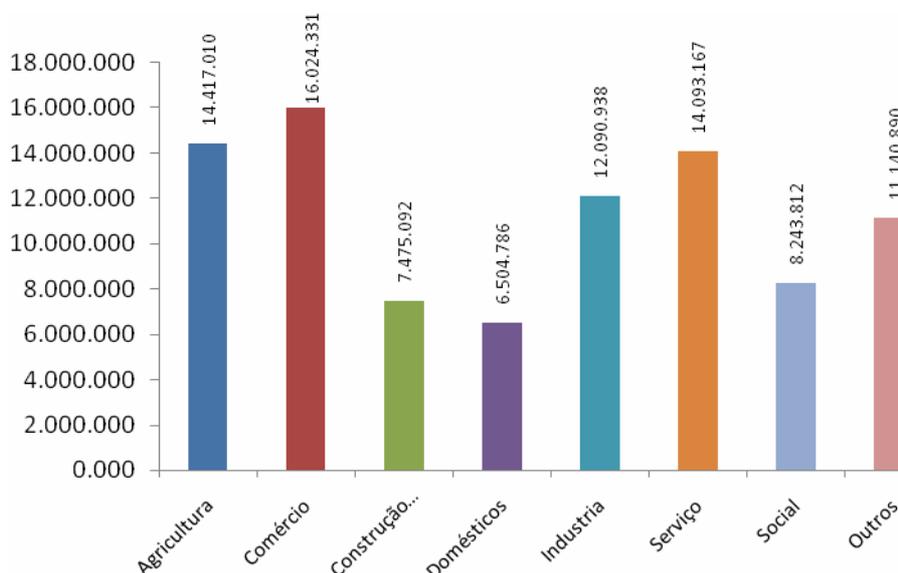
desenvolvimento socioeconômico do país. O referido sistema de pesquisas investiga diversas características socioeconômicas, umas de caráter permanente nas pesquisas, como as características gerais da população, de educação, trabalho, rendimento e habitação, e outras com periodicidade variável, como as características sobre migração, fecundidade, nupcialidade, saúde, nutrição e outros temas que são incluídos no sistema de acordo com as necessidades de informação para o país.

Para fazer a seleção do banco de dados e análise estatística dos mesmos utilizou-se o *SAS for Windows V8*.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Segundo os dados da PNAD/2011, o Brasil conta com uma população 190.755.799 milhões de habitantes, dos quais 6.504.786 são trabalhadores do ramo doméstico. Tal informação pode ser visualizada na Figura 1, que se segue. Além disso, pode-se observar que o setor que mais absorve trabalhadores é o setor do comércio, com 16.024.331 trabalhadores, seguido pela agricultura com 14.417.010 e pelo setor de serviços, com 14.093.167.

FIGURA 01: Total de trabalhadores segundo o ramo de atividade em 2011 no Brasil

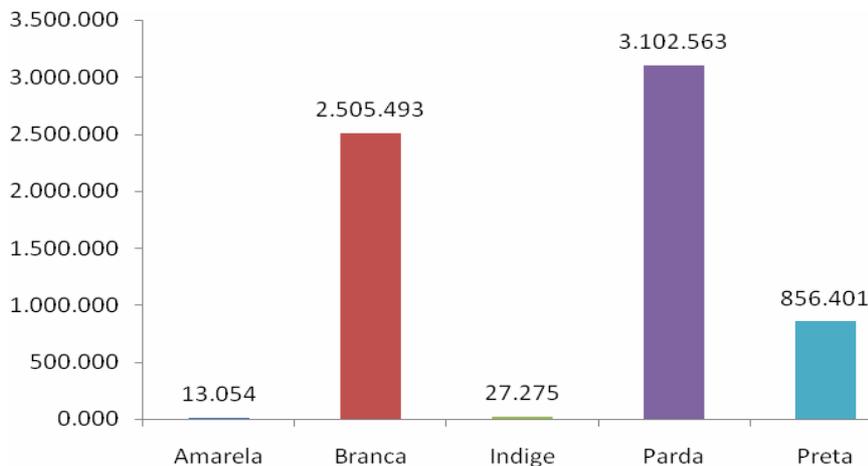


Fonte: Resultados da pesquisa a partir dos dados da PNAD 2011.

De acordo com a Figura 02, dentre os 6.504.786 trabalhadores do ramo doméstico, 3.102.563 milhões de trabalhadores possuem como característica predominante a cor parda. Destaca-se ainda a grande participação da população branca com 2.505.493 milhões e a cor negra com 856.401 trabalhadores domésticos.



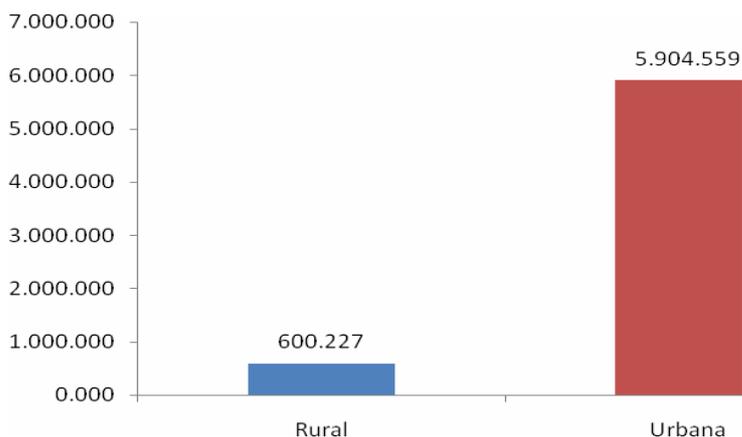
FIGURA 02: Trabalhadores domésticos, segundo a sua cor de pele



Fonte: Resultados da pesquisa a partir dos dados da PNAD 2011.

A Figura 03 apresenta uma visão geral quanto a localização geográfica desses trabalhadores, destaca-se que dos 6.504.786 de domésticos, 5.904.559 milhões localizam-se na zona urbana. Atribui-se a isso o fato de a vida moderna exigir cada vez mais pessoas cuidando dos lares enquanto as mulheres estão no mercado de trabalho.

FIGURA 03: Trabalhadores domésticos segundo a sua localização



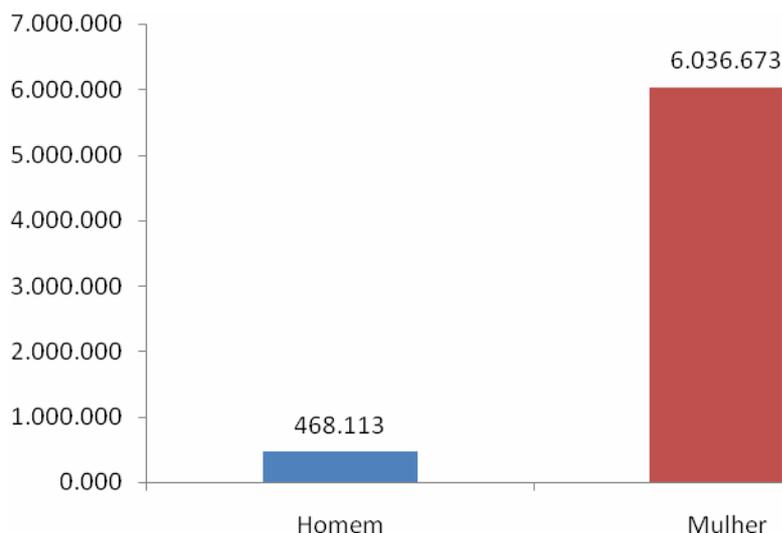
Fonte: Resultados da pesquisa a partir dos dados da PNAD 2011.

A Figura 04 vem apresentar o que tradicionalmente já era esperado, este é um setor dominado pelo público feminino. Dentre os 6.504.786 trabalhadores do ramo doméstico, 6.036.673 milhões de trabalhadores são mulheres. Alguns autores destacam que esse fato como reflexo de uma cultura onde a mulher desde pequena é orientada pelos familiares a executar tarefas domésticas e, na primeira situação de necessidade se torna a profissão dessas meninas. Para MELLO (1998), desde o período



escravocrata meninas ajudavam nos trabalhos domésticos, e, mesmo depois da abolição dos escravos, essa continua sendo uma alternativa de renda para mulheres.

FIGURA 04: Trabalhadores domésticos de acordo com o sexo

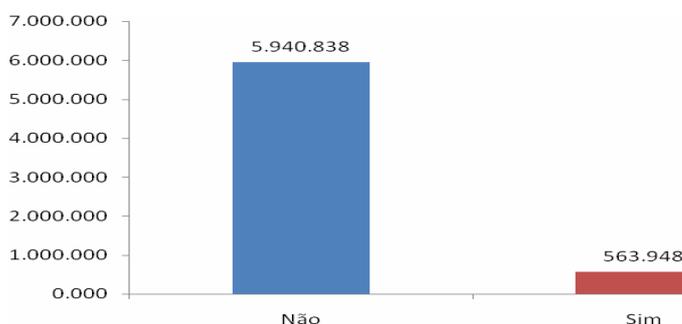


Fonte: Resultados da pesquisa a partir dos dados da PNAD 2011.

Dentre os 6.504.786 trabalhadores do ramo domésticos, 5.940.838 milhões de pessoas estão empregadas no setor e estão fora da escola, de acordo com a Figura 05. De acordo com Almeida e Lopes (2011) este fato chama a atenção por que a escola permite o desenvolvimento do indivíduo que ela produz instrução, o que possibilitará as oportunidades de elevação de rendas futuras.

Logo, estas são pessoas que estão condenadas a ficar estacionada na mesma condição sócio-econômica porque não tem acesso ao principal mecanismo de ascensão social: escolaridade.

FIGURA 05: Trabalhadores domésticos e o fato de estar estudando ou não no momento da pesquisa



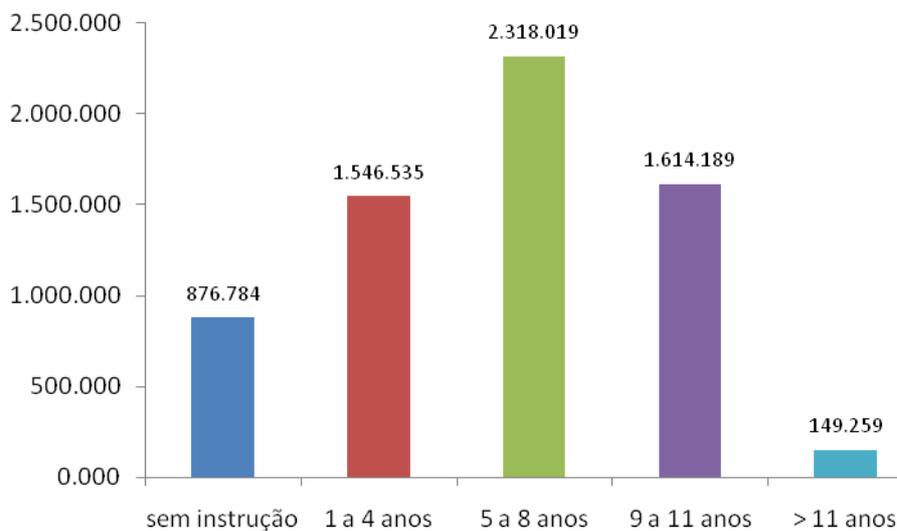
Fonte: Resultados da pesquisa a partir dos dados da PNAD 2011.

Muitos estudos apontam que a baixa escolaridade e o trabalho doméstico tem uma relação inversa, a medida que acrescenta-se anos de estudo a uma pessoa menor a possibilidade de esta se inserir no setor doméstico. Na Figura 06, observa-se que dentre os 6.504.786 trabalhadores do ramo domésticos, 4.741.338 estudaram até a oitava série do ensino fundamental, isso representa 72% de uma classe econômica.

A baixa escolaridade do setor pode ser atribuída a inserção precoce de crianças no meio laboral, e como consequência o seu afastamento precoce das atividades escolares para iniciar suas atividades laborais. Essa escolha condenará a sua condição de vida futura estando dessa forma, esses indivíduos estão predestinados a continuar exercendo atividades que não requer preparação, por exemplo atividades domésticas.

Justamente por não exigir qualificação, estudos realizados pela PED 2010 mostra que o trabalho doméstico tem sido a porta de entrada de jovens ao mercado de trabalho uma vez que este é um setor em que predomina escolaridade e salários baixos versus uma rotina de trabalho cheia e ainda sem pouca seguridade até mesmo pela informalidade que é característica de muitos desses trabalhadores.

FIGURA 06: Trabalhadores domésticos, segundo anos de estudos

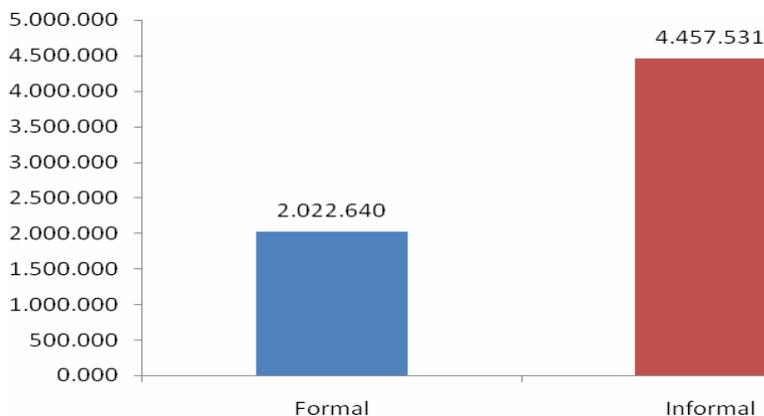


Fonte: Resultados da pesquisa a partir dos dados da PNAD 2011.

Justamente por não exigir qualificação, estudos realizados pela PED 2010 mostra que o trabalho doméstico tem sido a porta de entrada de jovens ao mercado de trabalho uma vez que este é um setor em que predomina escolaridade e salários baixos versus uma rotina de trabalho cheia e ainda sem pouca seguridade até mesmo pela informalidade que é característica de muitos desses trabalhadores.

A figura 07 apresenta uma realidade de trabalho do setor, mais de 50% desses trabalhadores, ou seja 4.457.531 milhões de trabalhadores estão na informalidade, trabalham sem registro, sem benefícios e possivelmente com salários que não atingem o mínimo estabelecido em lei.

FIGURA 07: Trabalhadores domésticos, segundo vínculo de trabalho



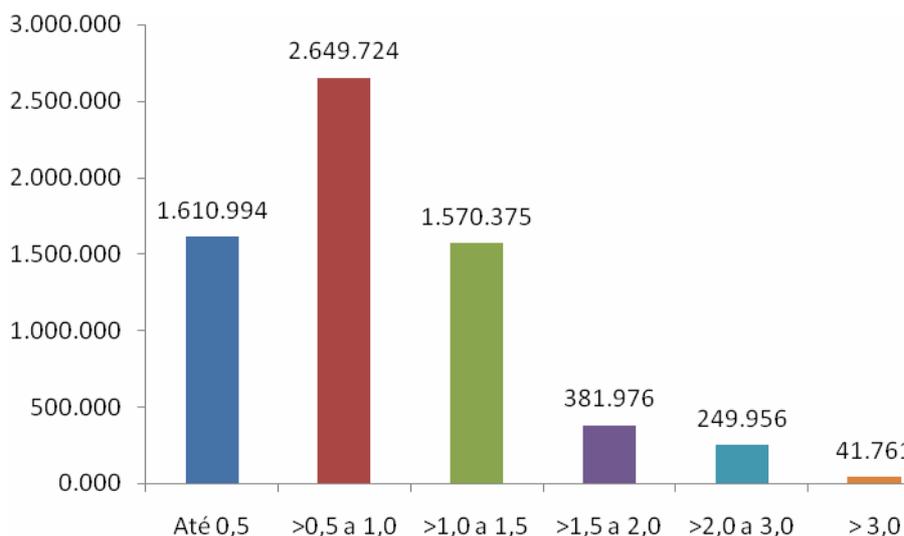
Fonte: Resultados da pesquisa a partir dos dados da PNAD 2011.

A própria definição de serviço doméstico já direciona a um problema do setor: por que são serviços de natureza contínua e de finalidade não lucrativa à pessoa ou empresa, ou seja não produz mais valia a partir da mão de obra do funcionário. Diante desta situação a remuneração não apresenta crescimento durante períodos, esta condicionada a valores que estão abaixo do mínimo salário possível como na Figura 08, 50% dos trabalhadores do setor recebem até 1,0 salário mínimo.

Ao empregado doméstico, assim considerado aquele que presta serviços de natureza contínua e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família no âmbito residencial destas”. É pois uma função, que de se origem já se define não ter fins lucrativos o que em comparação a demais atividades a coloca em desvantagem.

Oliveira (1998, p. 6) afirma que “a não-continuidade dos estudos significará menor qualificação, portanto, menos chances de competir num mercado cada vez mais exigente e com menos ofertas, além da submissão ao trabalho informal e mal remunerado.”

FIGURA 08: Trabalhadores domésticos segundo a sua remuneração



Fonte: Resultados da pesquisa a partir dos dados da PNAD 2011.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve por objetivo traçar um perfil dos trabalhadores domésticos brasileiros a partir de dados obtidos pela PNAD 2011. Conclui-se a partir das pesquisas realizadas e das análises estatísticas que, no Brasil, existem 6.504.786 trabalhadores domésticos, que se concentram principalmente na zona urbana onde o estilo de vida das famílias aumenta a demanda dos serviços deste segmento.



Observa-se que é predominante a participação de pessoas da cor parda realizando serviços domésticos, seguido pela cor branca. Historicamente as atividades do lar são atribuídas às mulheres e isso se reflete na pesquisa onde foi possível concluir que esta é uma profissão dominada pelas mulheres.

Verifica-se que era maior número de trabalhadores não estavam estudando no momento da pesquisa, o trabalho doméstico é alternativa para pessoas sem escolaridade e que estão necessitando complementar a renda. Diante disso, na primeira dificuldade de conciliar estudo e emprego não em estudo e ficam a mercê da situação, condenados a estagnação profissional por não frequentar a escola, tanto que dentre os trabalhadores domésticos a escolaridade predominante é de até 8 anos de estudo.

A baixa escolaridade traz reflexos na renda desses trabalhadores, percebe-se que são trabalhadores com até 1,0 salário mínimo de renda.

Com isso fica claro que o trabalho doméstico está historicamente relacionado a um trabalho que emprega pessoas com baixo nível de escolaridade por que muitos foram obrigados a sacrificar seus estudos, e é esse sacrifício que irá condicionar as oportunidades de crescimento pessoal na vida adulta deste indivíduo. E como consequência, esses trabalhadores que não tem instrução e preparação recebem um valor mínimo e até mesmo abaixo do considerado como linha da pobreza.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. R.; LEONELO, João Carlos; LOPES, Janete Leige ; PONTILI, R. M. . Inserção precoce no mercado de trabalho e sua influência sobre o estado de pobreza da mulher paranaense. In: IX Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos - IX ENABER. (19 a 21 de outubro de 2011)
- ANTUNIASSI, M. H. R. Trabalho infantil e escolarização no meio rural. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983. 135 p.
- ARRUDA, Katia Magalhaes. O Trabalho Infantil Doméstico: Rompendo com o Conto da Cinderela. 2007. Disponível em: http://www.trt3.jus.br/escola/download/revista/rev_75/Katia_Arruda.pdf. Acesso dia: 11-03-2012.
- BLÉTIÈRE, Vanessa.A (in)visibilidade do trabalho doméstico infantil. Disponível em: http://www.revistaautor.com/index.php?option=com_content&task=view&id=156&Itemid=60. Acesso dia: 25-03-2012.
- BRUSCHINI, Cristina. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado?. R. bras. Est. Pop., São Paulo, v. 23, n. 2, p. 331-353, jul./dez. 2006.
- IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Algumas das principais características dos Trabalhadores Domésticos vis a vis a População Ocupada. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/princ_carac_trab_dom.pdf. Acesso dia: 25-03-2012.
- JORNAL NACIONAL. Empregados domésticos brasileiros viram patrões e alguns mudam de profissão. Edição do dia 13/07/2011. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2011/07/empregados-domesticos-brasileiros-viram-patroes-e-alguns-mudam-de-profissao.html>. Acesso dia: 27-01-2012.
- KASSOUF, A. L. Aspectos Sócio-econômicos do Trabalho Infantil no Brasil. Brasília: Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, 2002. 124 p.



MELO, Hildete Pereira. O Serviço Doméstico Remunerado no Brasil: De Criadas a Trabalhadoras. Rio de Janeiro, 1998. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/td0565.pdf>. Acesso dia 10-03-2012.

MELO, H. P. Trabalhadoras domésticas: o eterno lugar do feminino. Uma análise dos grupos ocupacionais. (2000). Rio de Janeiro: OIT/IPEA.

OIT – Organização Internacional do Trabalho. Convenção e Recomendação sobre Trabalho Decente para as Trabalhadoras e os Trabalhadores Domésticos. Disponível em:

http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/housework/doc/trabalho_doméstico_nota_5_565.pdf. Acesso dia: 25-03-2012.

OIT - Organização Internacional do Trabalho. O trabalho doméstico remunerado na América Latina e no Caribe. Disponível em:

http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/gender/pub/notas_oit_2_558_732.pdf. Acesso dia: 11-03-2012.

OLIVEIRA, M. W de. Gravidez na adolescência: Dimensões do problema. **Cadernos CEDES**, vol. 19 n. 45 Campinas, jul/1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-32621998000200004&script=sci_arttext. Acesso dia 19-08-2013.

PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego. O Emprego Doméstico no Período de 2000 A 2009. Disponível em:

http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BA5F4B7012BA60957CB3833/PED_RMSP_Mulher_2010.pdf. Acesso dia: 10-03-2012.

PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego. As Características do Trabalho Doméstico Remunerado nos Mercados de Trabalho Metropolitanos. Disponível em:

http://www.mte.gov.br/observatorio/PED_Metropolitano_Mulher_2010.pdf. Acesso dia: 10-03-2012.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. CASA CIVIL. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei Nº 11.324, de 19 de Julho de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11324.htm#art4. Acesso dia: 09-03-2012.

RIBEIRO, Matilde. Trabalhadoras domésticas. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/seppir/ministra/artigos/13_5_2006empregadas.htm. Acesso dia: 24-03-2012.

SOUZA, Edicléia Lopes da C., PONTILI, Rosângela Maria. Trabalho infantil e sua influência sobre a renda e a escolaridade da população trabalhadora do Paraná-BR. Disponível em:

http://www.economiaetecnologia.ufpr.br/XI_ANPEC-Sul/artigos_pdf/a2/ANPEC-Sul-A2-18-trabalho_infantil_e_sua_.pdf. 2008. Acesso dia 05-02-2013.